

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *O Celso*

Class.: 54

Data *21 de junho de 1987*

Pg.: 16

Transamazônica, abandonada, é hoje um pesadelo para os colonos

HELENA PEREIRA

ALTAMIRA, PA — Dezesete anos depois de iniciadas as obras da Transamazônica, em 1º/8/1970, no Governo Médici, o sonho de centenas de colonos que saíram do Sul do País e do Nordeste, entusiasmados com o projeto de colonização entregue ao Incra e que previa a implantação de agrovilas às margens da rodovia de 2.370 km de extensão, transformou-se em pesadelo.

Embora a terra seja boa para o plantio de pimenta, cana-de-açúcar e cacau, a falta de infra-estrutura nas glebas, sem luz, saneamento, escolas e assistência médica, somada ao abandono da estrada — sem asfaltamento e com pontes de madeira apodrecida, o que impede o escoamento normal da produção — e à situação irregular da posse da terra, deixou muitos deles na miséria. Outros desistiram da aventura, venderam o pedaço de terra que compraram e voltaram para as cidades, onde hoje fazem parte do grande contingente de desempregados da região.

Além das dificuldades que são obrigados a enfrentar para sobreviver com suas famílias nas glebas ao longo da Transamazônica, onde é grande a incidência de diversas doenças, principalmente malária, leishmaniose, hanseníase e verminoses graves, sem contar com médicos nas poucas unidades do Ministério da Saúde, os colonos lutam até hoje contra grileiros e pistolocracia do Incra.

Deuzdete Águido Pinto, piauiense de 31 anos, é um exemplo. Em 1979, chegou a Vila Medicilândia (km 90 da Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba), para trabalhar na área da usina da Cooperativa Abraham Lincoln (Cira-Pacal). No ano seguinte, passou a ser funcionário da usina. Não ficou; porém, muito tempo na empresa, porque em 1983 teve malária e hepatite, e foi demitido.

Por sorte, nessa época Deuzdete já havia comprado um lote no "travessão" (estrada vicinal, em geral bem distante da "faixa", como é chamada a rodovia principal) da gleba Surubim, no km 95 da Transamazônica. Ainda em 1983, junto com posseiros que estavam na área desde 1977, ganhou o título de ocupação, mas o Incra não os deixou iniciar o plantio

sob a alegação de que os lotes estavam fora da marcação prevista e iriam atrapalhar a construção da vicinal. Começou, então, a luta dos lavradores pela demarcação. Esta situação se prolongou por dois anos, até que em maio de 1985, depois de muitas viagens dos colonos ao escritório do Incra em Altamira, vieram dois técnicos. Ainda assim não houve demarcação; apenas a localização da vicinal foi determinada.

Segundo Deuzdete, quando os novos técnicos chegaram, apareceu o grileiro Juscelino Mariano Nico, responsável pela grilagem de 6 mil hectares, e depois de um contato com o Incra a demarcação foi interrompida. Os trabalhadores voltaram a Altamira, mas ouviram a justificativa de que a verba acabara. Na ocasião, Juscelino Nico ameaçou de morte o Presidente da Delegacia Sindical de Medicilândia, José Geraldo Torres, e no dia 18 de setembro passado seu pai acabou sendo baleado com quatro tiros pelos pistoleiros João Covre e Ademar, a mando do fazendeiro José Leonildes de Souza e de Sigismundo Domingos Covre. Ninguém foi preso e Leonildes voltou para a Bahia.

Em todas as glebas a situação é de pobreza: não há luz, a não ser em algumas poucas casas que têm gerador, especialmente o comércio, nem água. Existem, porém, verdadeiros bolsões de miséria. Um deles é Vila Nova, na periferia de Medicilândia, até pouco tempo chamada de Sapolândia. Rosa Pereira Lima, do Piauí, é uma das moradores da área. Ela está no Pará há cinco anos e para ajudar no sustento da família — cinco filhos, dos quais um paraplégico — trabalha com o marido na roça e ainda como doméstica e lavadeira

das mulheres de funcionários da usina, que têm maior poder aquisitivo. Um dos problemas que Rosa apontou é a exploração do médico da cooperativa de Medicilândia, que cobra CZ\$ 200,00 por consulta, e dos donos de farmácias, que cobram juros diários. Num sexta-feira, ela precisou de um remédio que custava CZ\$ 150,00 mas não tinha dinheiro suficiente. Na segunda, o preço passara para CZ\$ 288,00.

Também morador em Vila Nova, o paranaense Bento Xavier, diretor da Delegacia Sindical, é um dos fundadores da Associação de Moradores local, recém-criada com o objetivo de mobilizar as cerca de 100 famílias ali residentes a lutarem por melhorias na área. Ele diz que os lotes ficam muito longe e sem estrada para escoar a produção a grande maioria vive de biscates.

Na gleba Brasil Novo, km 46, trecho Altamira-Itaituba, a comunidade enfrenta os mesmos problemas e atualmente convive também com a violência, devido a presença de pistoleiros na área. O próprio Delegado Damião Malaquias de Araújo matou o vendedor ambulante Joarez Rosa da Silva, na madrugada de 1º de fevereiro passado. Em março, foi assassinado o lavrador Carlito Ferreira. Segundo o Delegado, os principais suspeitos são os pistoleiros do bando de José Nascimento do Amaral, o Zé Buchudo, levado preso para a delegacia de Altamira em virtude de uma carta precatória da Justiça de Pernambuco, onde é procurado por 12 assassinatos. Diante da mobilização dos moradores, que estiveram na cidade para pedir a punição dos criminosos, os pistoleiros, agora, anunciam que fizeram uma lista de dez pessoas marcadas para morrer.

Faltam escolas para milhares na Transamazônica

As dificuldades dos colonos da Transamazônica para alfabetizar os filhos não são menores. Milhares de crianças estão sem escola e as que têm a sorte de freqüentar uma sala de aula aprendem com professores abnegados mas sem praticamente nenhum preparo. É comum um aluno da 4ª série do Primeiro Grau receber aulas de uma professora com o mesmo nível de escolaridade.

O Presidente da Associação dos Trabalhadores em Educação de Medicilândia e professor da escola-sede da gleba, Romualdo Gonçalves de Melo, afirma que, desde Marabá até o quilômetro 180 da Transamazônica, pelo menos 30 mil crianças estão sem estudar por falta de escolas ou professores. É as que estão matriculadas mal aprendem a ler e escrever. Na área do distrito de Medicilândia (do quilômetro 55 ao 135) existem apenas 107 professores e 75 escolas básicas.

O salário é baixíssimo. Atualmente é de CZ\$ 900 e ainda temos que ir a Altamira para receber, o que significa um gasto de pelo menos CZ\$ 200 de condução. As vezes a despesa é maior, porque nem sempre o dinheiro está no banco e aí temos que ficar um ou dois dias na cidade aguardando. Só ensina nas glebas quem tem um lote, pois do contrário não há nenhuma vantagem, até porque a vida aqui é muito mais cara — diz Romualdo.

Ele acrescenta que mesmo em Altamira existem, no máximo, oito pro-

fessores licenciados, pois a grande maioria das pessoas que ensinam é formada em cursos técnicos de nível médio.

Este ano estão matriculados na escola-sede construída pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com 12 salas de aulas, 760 alunos que cursam da primeira à oitava séries. A diretora Neiva Ribeiro Luz destaca, porém, o alto índice de repetência, que tem como uma das principais causas a subnutrição. Outro problema grave é o da evasão escolar, provocada pela necessidade de mão-de-obra na roça.

— Para ter uma idéia do elevado percentual de repetência, temos 300 alunos matriculados na primeira série e apenas 21 na oitava. No ano passado, o índice foi de 50 por cento. Há anos o quadro é o mesmo e creio que tão cedo não se modificará. Começamos este ano com quase 800 alunos e provavelmente só teremos 400 em dezembro. Além de todas as dificuldades, inclusive a distância do local onde moram, a própria escola não consegue estimular os alunos, porque os professores são muito despreparados.

Segundo Neiva, a hipótese de mudança do calendário escolar em função da lavoura, como é feito em outras regiões, não resolveria o problema na Transamazônica porque as culturas ali são diversificadas (pimenta, arroz, cacau), portanto, com colheitas em épocas diferentes. Quanto à subnutrição, ela diz que

não pode sequer minimizar o problema com a merenda escolar porque, quando chega na gleba, já está estragada. A Diretora diz que isso ocorre freqüentemente e a Secretaria de Educação do Pará já foi avisada, mas quando não foi tomada qualquer providência. Neiva já propôs a regionalização da merenda, comprando os produtos dos próprios colonos — o que beneficiaria as crianças, que teriam alimentação saudável e fresca, e também os lavradores — mas devido à burocracia da máquina estatal esta solução não será possível.

Neiva Ribeiro conta que, nos "travessões" (estradas vicinais) de Medicilândia existem apenas 25 escolas, que são galpões abertos, feitos de taipa, e atendem somente até a 4ª série. Todas as disciplinas são ensinadas por pessoas da própria comunidade porque em virtude das grandes distâncias — elas ficam de 25 a 30 quilômetros da estrada principal — nenhum professor se dispõe a dar aulas nessas áreas. Desta forma, quando as crianças vão para a escola-sede fazer a 5ª série, as sucessivas repetências são comuns.

Para a Diretora, o problema da educação nas glebas só será solucionado com professores qualificados, criação de turmas de pré-escolar, período de aula maior do que quatro horas e um trabalho para conscientizar os pais da necessidade de fazerem hortas e assim contribuir para melhorar a alimentação dos filhos.

